



LER UMA, DUAS OU TRÊS VEZES: AS DESVENTURAS DE UM JOVEM COM DISLEXIA NO ENSINO SUPERIOR

Por Ana Luiza Navas

Leitura silabada, com pausas, hesitações antes de palavras menos conhecidas e falta de entonação podem ser características de uma criança no início da escolarização. No entanto, um jovem também pode apresentar essas características de leitura, e neste caso pode ser que tenha uma condição neurofuncional chamada dislexia.

A **dislexia** é um quadro reconhecido no meio educacional nacional e internacional, com sintomas bem definidos e que está presente em aproximadamente 4 a 6% da população mundial segundo estimativas. A principal característica deste transtorno específico de aprendizagem é o baixo desempenho em leitura e na escrita, independente da qualidade da instrução formal recebida ou do nível cognitivo. Ou seja, a pessoa tem uma leitura ruim, sem uma razão óbvia aparente.

Um ponto importante a ressaltar é que estas dificuldades na leitura e na escrita podem persistir até a idade adulta e sendo assim, é preciso alertar sobre a possível presença de jovens com dislexia no Ensino Médio e Superior. A cada ano, há um número maior de jovens com dislexia que consegue finalizar o Ensino Médio e ingressar no Ensino Superior graças a medidas de inclusão educacional que garantem condições especiais para os processos seletivos e vestibulares. Há um grande esforço de superação destes jovens e, quase sempre de suas famílias, para conseguir uma vaga no tão sonhado curso superior. No entanto, a comemoração termina rapidamente já que o desconhecimento do quadro e de suas necessidades educacionais por parte de docentes, dirigentes e colegas, dificulta bastante a vida destes jovens que são impedidos de solicitar adaptações ou acomodações pedagógicas, ou mesmo desconhecem que podem ter esses recursos.

No Ensino Superior há um aumento de exigências na quantidade de leitura e da complexidade de compreensão dos textos escritos. Com isso, o impacto das dificuldades de leitura pode ser grande, e conseqüentemente, o aluno pode fracassar em sua busca pela formação profissional porque não teve o apoio necessário. Vários alunos com dislexia relatam ter que ler uma, duas às vezes até três vezes, o mesmo trecho de um texto técnico para assimilar a mensagem ali contida. Soma-se ainda o agravante de que parte dos jovens com dislexia tem também o quadro de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o que traz outros prejuízos nos processos de aprendizagem. Os alunos disléxicos podem apresentar dificuldades na gestão do tempo e concentração para o aprendizado em sala de aula, dificuldades em selecionar informações

importantes para a compreensão de texto, e conseqüentemente são ineficazes na preparação para as provas. Uma vez identificadas as dificuldades, as mesmas podem ser minimizadas por meio de intervenções educacionais apropriadas.

Apesar da precariedade desta situação, o Brasil está tentando se organizar para oferecer apoio para jovens com dislexia e outros transtornos de aprendizagem no ensino superior. A iniciativa do MEC de criar Núcleos de Acessibilidade Institucional visa promover a discussão de acolher estudantes do Ensino Superior com necessidades educacionais especiais. Por exemplo, o Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior foi criado em 2005 (Brasil, MEC, 2005) e tem como objetivo promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). No entanto, o documento não menciona explicitamente o apoio aos transtornos específicos de aprendizagem, apesar de citar a necessidade de eliminação de barreiras comportamentais, pedagógicas e de comunicação.

A partir da aprovação da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que passou a vigorar a partir de 2016 espera-se que o apoio a estudantes com dislexia seja amplamente discutido e de fato implementado, tanto no Ensino básico, como no Ensino Superior. De acordo com o texto da Lei a definição de alunos com necessidades especiais nos sistemas de ensino está mais abrangente: *"Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas"*.

E, declara no capítulo IV, artigo 27, que: *"a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados, sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem"*.

No Brasil, as iniciativas de oferecer apoio e acompanhamento para jovens com transtornos de aprendizagem e/ou TDAH são escassas, mas há bons exemplos a serem seguidos, como é o caso da Universidade Nacional de Brasília (UnB), que tem um Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais (PPNE). Este programa atende a comunidade acadêmica, dentre os quais alunos com deficiência sensorial, física ou intelectual, dislexia, transtornos globais do

desenvolvimento ou Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Outros países como Estados Unidos, Austrália, Canadá e Inglaterra estão mais avançados nessa discussão e mais estruturados com relação ao apoio educacional aos jovens e adultos com transtornos de aprendizagem, o que pode estar relacionado, entre outros aspectos, à existência de políticas públicas bem definidas.

A formação de professores de ensino superior deveria garantir o acesso à informação, eliminando as barreiras de comunicação que o disléxico pode ter ao acessar o conteúdo pela leitura. Para um jovem com transtorno de aprendizagem, o simples fato de ter autorização do docente para gravar uma aula pode ser o limiar entre o sucesso acadêmico e a evasão do Ensino Superior.

Com base em um levantamento de portais oficiais de Instituições de Ensino nacionais e internacionais, o estudo de Ramos (2015) compilou as melhores práticas para o apoio ao jovem com dislexia e outros transtornos de aprendizagem, que cursa o Ensino Superior. Seguem aqui algumas das recomendações:

Ao serviço de acompanhamento de alunos do Ensino Superior com diagnóstico de dislexia ou TDAH:

- Exigir uma avaliação diagnóstica completa e fidedigna para que o aluno seja considerado elegível para receber o apoio educacional;
- Orientar os alunos que ainda não tem diagnóstico, mas tem a queixa, a procurar a avaliação com profissional especializado;
- Fornecer capacitação sobre os Transtornos Específicos de Aprendizagem e TDAH aos professores, desde o seu conceito até as estratégias que auxiliem na aprendizagem dos alunos;
- Criar e coordenar um programa de tutoria e aconselhamento individual ou em grupo para os alunos.

Aos docentes do Ensino Superior:

- Conceder ao aluno tempo extra para a realização de provas e, dependendo do caso para trabalhos também;
- Notificar o aluno com antecedência sobre provas e trabalhos, para ter tempo hábil para se organizar;
- Disponibilizar materiais didáticos/apostilas em formatos e mídias alternativas, como por exemplo livros em audio, diagramas, mapas conceituais;
- Fornecer apostilas com antecedência das aulas;

- Permitir e fornecer alteração de layout de provas ou outros materiais, como mudar a fonte, o tamanho de letra, a cor do papel;
- Discutir com o aluno sobre formas de avaliações alternativas, como por exemplo, avaliação oral, ou o auxílio de um leitor ou escriba;
- Permitir a gravação das aulas;
- Promover oficinas/workshops para trabalhar as estratégias e habilidades de aprendizagem;
- Estender períodos de empréstimo de livros.



Professora Adjunta - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de SP

Para saber mais sobre o tema recomendo o Guia para Escolas e Universidades sobre o aluno com dislexia e outros transtornos de aprendizagem que pode ser acessado em <http://www.institutoabcd.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Guia-para-Escolas-e-Universidades-2018.pdf>

Bibliografia

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Documento orientador: Programa incluir - Acessibilidade na educação superior SECADI/SESu - 2013. 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17433&Itemid=817>

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>

Ramos, J.R.S. 2015. "Apoio educacional a jovens e adultos com Transtornos Específicos de Aprendizagem e/ou Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no Ensino Superior. Dissertação de Mestrado Profissional em Saúde da Comunicação Humana. FCMSCSP.

Instituto ABCD. Guia para Escolas e Universidades sobre o aluno com dislexia e outros transtornos de aprendizagem. <http://www.institutoabcd.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Guia-para-Escolas-e-Universidades-2018.pdf>